

DA ESCRITA À REVISÃO: O PROCESSO DE PRODUÇÃO DE MATERIAL PARA EAD

Aurea Zavam (UFC)

Qualquer um de nós, senhor de um assunto, é, em princípio, capaz de escrever sobre ele. Não há um jeito especial para a redação, ao contrário do que muita gente pensa. Há apenas uma falta de preparação inicial, que o esforço e a prática vencem.

(J. Matoso Câmara Jr.)

Considerações Iniciais

Em um momento em que, imersos na cibercultura de que fala Lemos (2003), nos questionamos sobre os caminhos que o ensino e a aprendizagem vêm tomando no contexto da Educação a Distância (EaD), não podemos deixar de reconhecer que essa modalidade de ensino é uma realidade em nosso país (ainda que tardiamente, se compararmos com iniciativas de outros países¹) e se constitui em uma alternativa (em muitos casos, a única possibilidade) para aqueles que buscam (auto)formação.

Do início, voltada predominantemente para o uso dos meios de comunicação de massa (rádio e televisão), a EaD veio se desenvolvendo, ultrapassando os limites impostos pela infraestrutura necessária à sua implantação, para se firmar, ainda assim, como alternativa de superação de alguns obstáculos secularmente enfrentados pela educação convencional, como, por exemplo, a dificuldade de acesso e de frequência às salas de aula e a consequente permanência dos alunos nas instituições.

A educação a distância no Brasil registrou um crescimento significativo a partir dos anos 90, do século passado, quando instituições de ensino superior (IES) começaram a oferecer, ao lado dos tradicionais cursos presenciais, cursos a distância. Vencia-se, assim, o período de estagnação dos anos 1970-1980, imposta pela escassez de políticas públicas, que caracterizou aquela época. Tal crescimento, como sabemos, foi possibilitado, sobretudo, pelo desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação (TIC), o que gerou novas necessidades na educação, assim como na formação dos indivíduos, cidadãos do século XXI.

Ainda que a educação a distância em nosso país só tenha surgido oficialmente em 1996, com a promulgação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN)², fato que impulsionou a criação de cursos a distância ofertados pelas IES, várias outras iniciativas, tanto da esfera privada, quanto da pública, voltadas fundamentalmente para a educação básica e a capacitação profissional, desenvolveram projetos de ensino a distância e, dessa forma, ajudaram a escrever a história da EaD no Brasil.

¹ A título de exemplo, The Open University (UKOU), a universidade aberta britânica, foi fundada em 1969 e sua experiência influenciou o surgimento de outras grandes universidades, como a Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED), na Espanha, em 1972; a Universitas Terbuka (UT), na Indonésia, em 1984; a Indira Gandhi National Open University (IGNOU), na Índia, em 1985; a Payame Noor University (PNU), no Irã, em 1987; entre outras (cf. MAIA; MATTAR, 2007; PRETI, 2000). Em nosso país, a Universidade Aberta do Brasil é recente, pois foi criada em 2005 (cf. www.uab.capes.gov.br).

² O artigo 80, que trata especificamente da educação a distância, foi posteriormente normatizado pelo Decreto nº 2.494/98 e Decreto nº 2.561/98, os quais foram substituídos pelo Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, dispositivo que atualmente regulamenta a EaD no Brasil, com alterações incluídas pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

A par dos avanços e das bem-sucedidas experiências, é preciso voltar nossos olhos para alguns problemas que, de certo modo, dificultam a plena eficácia do processo de construção do conhecimento por parte do aluno nessa modalidade de ensino. Vamos, neste artigo, nos ocupar particularmente de um, que nos parece carecer de resolução paralela à implantação de projetos concebidos para o ensino a distância: a produção de material didático, especificamente o impresso. Consequentemente, vamos tratar também, ainda que indiretamente, da formação de professores, uma vez que são estes os potenciais autores do material que chegará às mãos (ou aos olhos, se considerarmos a tela) do aprendiz.

Uma vez que nos propomos abordar a elaboração de material didático, vamos tecer alguns comentários sobre a concepção de material voltado para o ensino a distância, bem como sobre o processo de produção da escrita, fazendo algumas incursões (breves) sobre as especificidades requeridas para essa produção em particular.

Em seguida, com base em nossa experiência, mais como revisora do que como produtora de material para a EaD, vamos conversar sobre os problemas mais recorrentes levantados em materiais didáticos impressos e pensar em soluções para a minimização do que se apresenta como entrave à interação autor-texto-leitor.

1 O material didático para a EaD

Embora a educação seja uma prática que remonta à antiguidade, o uso de material didático passou a compor a cenografia de uma sala de aula somente a partir do século XV, com a invenção da imprensa. Os tipos móveis, técnica de impressão desenvolvida por Gutenberg³, contribuíram significativamente para a introdução e circulação de material impresso (antes manuscritos) nos espaços de leitura. Foi nesse contexto que o livro se firmou como o material didático por excelência e durante muitos anos sustentou esse status.

O livro levado para a sala de aula era um livro de leitura, e não um livro concebido para servir ao ensino. Por isso, até o século XVIII, os alunos, ainda que pertencessem a mesma sala, possuíam livros diferentes. Como lembra Menezes (2009, p.18), “a escolha do livro não estava associada a uma determinada teoria de ensino, mas sim à disponibilidade do material”.

Se antes falar de material didático era falar de livro impresso, com a ampliação e criação de instituições de ensino e o surgimento de novas metodologias de aprendizagem, outros materiais didáticos passaram a fazer parte do fazer pedagógico. Nesse sentido, material didático é, então, compreendido como todo instrumento que serve para auxiliar o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. Vistos sob essa ótica, vídeo, CD, nota de aula, jornal, exercício impresso, brinquedo, texto fotocopiado, entre outros, podem ser empregados como materiais didáticos e constituem, dessa forma, ferramentas para a prática docente.

No âmbito da EaD, os materiais didáticos, de acordo com os Referenciais para Elaboração de Material Didático para EAD no Ensino Profissional e Tecnológico, do Ministério da Educação, podem ser de três tipos: impresso, audiovisual (vídeo, vídeo-aula, vídeoconferência, teleconferência, entre outros) e material para ambientes virtuais de ensino e aprendizagem (aulas virtuais, objetos de aprendizagem (OA), fóruns, salas de bate-papo, tarefas virtuais (webquest), textos colaborativos (wiki), animações, entre outros).

Reconhecendo, por um lado, que os materiais didáticos, de um modo geral, ainda não receberam notória atenção de estudiosos e pesquisadores que se debruçam sobre fenômenos do domínio da EaD, como ressalta Vilaça (2009), e, por outro, que o material impresso

³ Gutenberg, recriando o método dos tipos móveis, desenvolveu um processo que se valia da utilização de tipos removíveis, letras reutilizáveis e afixadas juntas, tintadas e prensadas, para compor uma página. Mesmo não tendo inventado a impressão, que surgiu na China, Gutenberg, com sua descoberta, foi, de certa forma, responsável por uma das maiores revoluções na história da comunicação humana.

continua sendo um dos principais meios de socialização do conhecimento e de orientação do processo de aprendizagem, mesmo no ensino a distância, nos deteremos aqui à análise deste tipo de mídia.

Na EaD, o material impresso (que, normalmente, serve de apoio ao material a ser elaborado para a Web) deve ser concebido de forma distinta da que seria para a modalidade presencial, pois atenderá a uma concepção diferente de curso e é de se esperar que sejam privilegiados meios mais adequados à pretendida aprendizagem autônoma, um dos objetivos do ensino a distância.

A respeito das características específicas que deve apresentar o material instrucional de modo a satisfazer a mediação pedagógica⁴, imprescindível nessa modalidade de ensino, os já citados Referenciais do MEC apontam como necessários os seguintes atributos, entre outros:

i) favorecer a utilização de elementos imagéticos bem como o uso de exemplos e analogias, a fim de favorecer a compreensão e a concretização dos conteúdos teóricos e práticos;

ii) contemplar aspectos motivacionais e de facilitação da compreensão, usando recursos linguísticos e imagéticos variados;

iii) utilizar o material impresso como recurso para promover a inclusão digital e o uso das tecnologias de comunicação e informação, a partir de referências que motivem o acesso a ambientes virtuais de aprendizagem;

iv) explicitar, de forma clara e precisa, os objetivos de aprendizagem a serem trabalhados em cada bloco temático, quer sejam unidades, módulos, aulas etc.;

v) atentar também para a interligação entre cada bloco temático, disciplinas, aulas, etc., de forma a evidenciar o sequenciamento e a coesão existente entre os conteúdos;

vi) utilizar uma linguagem amigável⁵, clara e concisa, em tom de conversação;

vii) contemplar instruções ou orientações passo a passo para as atividades práticas propostas, de forma a antecipar roteiros e procedimentos e servir como referência para consultas posteriores. Tais procedimentos devem ser ilustrados com imagens, fotografias, desenhos ou esquemas de alta qualidade;

viii) respeitar as questões ergonômicas, isto é, questões que dizem respeito à melhor adaptação aos meios tecnológicos, no projeto gráfico, organizando elementos imagéticos e textuais de forma a conferir aos blocos temáticos uma programação visual arejada, trazendo leveza ao material e facilitando o estudo;

ix) possuir elementos de identidade visual (formatação, ícones, logomarca, cor etc.) que sirvam de base para a produção de todo um conjunto de materiais.

Fora essas peculiaridades, o material didático para a EAD possui uma outra, bastante singular: a autoria. Diferentemente da modalidade presencial, o professor responsável pela disciplina a ser ministrada, professor autor (ou professor conteudista, como é chamado⁶), é o próprio autor do material didático; é ele quem faz o planejamento da disciplina, estrutura/hierarquiza o conteúdo e elabora o material, evidentemente em conformidade com o projeto pedagógico do curso ofertado pela instituição de ensino a qual está vinculado. É, portanto, o professor (e não um autor exógeno) que produzirá o material instrucional que será utilizado na disciplina sob sua responsabilidade. Isso quer dizer que, na EaD, o professor

⁴ Segundo Masetto (2006, p. 144), mediação pedagógica diz respeito à “atitude, o comportamento do professor que se coloca como um facilitador, incentivador ou motivador da aprendizagem que se apresenta, com a disposição de ser uma ponte entre o aprendiz e sua aprendizagem [...]”.

⁵ Em programação, linguagem amigável é aquela que transmite ao usuário sensação de facilidade ao lidar com o que lhe está sendo apresentado.

⁶ Assim como Preti (2010), preferimos nos referir ao professor que escreve textos didáticos como professor autor, pois a denominação “conteudista” poderia reforçar a ideia de que a este profissional cabe a mera tarefa de reproduzir/“despejar” conteúdo, ideia a qual nos opomos.

elabora o material, e não se restringe a adotar um material, como acontece no ensino presencial. Essa peculiaridade nos remete a uma outra questão: a formação do professor.

Vindo de uma tradição que não prioriza a formação de profissionais habilitados para a elaboração de material didático, o professor autor se vê, então, diante da árdua tarefa de assumir a autoria dos textos que darão suporte à aprendizagem a ser construída. Historicamente, os professores, de um modo geral, vêm trabalhando com um material que chega à sala de aula já pronto, o que faz esse profissional se habituar à reprodução do que está posto, fato que alimenta a cultura do livro didático (ou do livro usado para esse fim) e/ou da fotocópia em nosso país. Mesmo para profissionais que são autores de textos do domínio discursivo científico, tais como teses, dissertações e artigos científicos, por exemplo, a escrita de textos didáticos parece ser uma tarefa difícil, que muitos enfrentam mesmo sem se sentirem habilitados.

Escrever textos para o ensino a distância não é fazer exposição de conteúdos da disciplina, pois não se trata de uma publicação científica. É preciso pensar, antes de tudo, em “uma abordagem pedagógica que desenvolva a capacidade reflexiva do aluno”, e que, para tanto, lance mão de recursos próprios de um ambiente virtual de aprendizagem (AVA) bem como de estratégias adequadas à mídia impressa, de modo a “promover o desenvolvimento das capacidades de auto-aprendizagem” (FRANCO, 2007, p.21). E para essa tarefa o professor, acostumado com a modalidade presencial, não foi preparado, tanto que as próprias instituições que oferecem cursos de EaD promovem, internamente, formação nessa área. Apesar dessa formação (curso de formação de professor conteudista), um dos maiores problemas que o ensino a distância enfrenta, como salienta Guedes (2010), diz respeito à elaboração de material didático.

A elaboração de material didático, por outro lado, não compete só ao professor. Outros profissionais, além do professor autor, são chamados a colaborar. Esses profissionais, apontados por Guedes (2010, p. 56-57), são⁷:

a) *designer* instrucional (DI) ou *designer* educacional: responde pela transposição didática dos conteúdos, isto é, pela adequação/organização do conteúdo para as mídias utilizadas;

b) pesquisador iconográfico: faz pesquisa de imagens e direitos autorais, bem como adapta outras formas de textualização (gráficos, tabelas, ilustrações etc.) para outras mídias;

c) revisor: responde pela revisão do texto (aspectos de convenções da escrita, de gramática e de textualidade) e, em alguns casos, colabora com o DI na revisão de aspectos didáticos;

d) diagramador: cria a identidade visual dos materiais e organiza textos e imagens na mídia impressa.

Justamente por contar com esses profissionais para a elaboração do material didático, o professor, na EAD, deixa de ser considerado uma entidade individual para ser visto como entidade coletiva (MAIA; MATTAR, 2007)⁸. A essa entidade coletiva soma-se o tutor, o profissional (nem sempre professor, ou, quando professor, nem sempre da área) que, com base no material elaborado pelo professor autor, orienta e auxilia o aluno nas discussões teóricas, esclarece dúvidas, encaminha atividades e avalia o processo ensino-aprendizagem. Como na modalidade a distância a presença física do professor é dispensada, cabe ao tutor assumir esse

⁷ Por se tratar de interesse restrito deste artigo, focalizamos somente os profissionais que estão diretamente envolvidos com a produção de material impresso.

⁸ Os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância (2007, p. 13-14) determinam que “os docentes responsáveis pela produção dos conteúdos trabalhem integrados a uma equipe multidisciplinar, contendo profissionais especialistas em desenho instrucional, diagramação, ilustração, desenvolvimento de páginas *web*, entre outros”.

papel. Assim, enquanto a imagem do professor aparece de forma difusa e virtual, a do tutor se revela nítida e real, pois é este que estabelece o contato direto com o aluno.

Diante desse produzir e agir até então inusitados, o professor, no papel de autor, precisa desenvolver novas habilidades, necessárias à modalidade a distância, como dominar as ferramentas pedagógicas, propor formas de interação adequadas às mídias empregadas, elaborar conteúdo específico, adequar a linguagem à metodologia da EaD, entre outras, para, enfim, constituir-se autor, e dessa forma libertar-se da mera repetição e reprodução de ideias/textos alheios. Mas para criar, com autonomia, textos que atendam aos propósitos de um curso a distância, é preciso conhecer não só as especificidades dessa modalidade de ensino como também as peculiaridades do processo de escrita. É, pois, sobre a escrita que passamos a dialogar.

2 O processo de escrita

Escrever não é tarefa fácil, ainda que estejamos imersos em uma sociedade letrada, uma sociedade em que a escrita está arraigada no nosso dia-a-dia, sob a forma de placas, anúncios, embalagens, e-mails, malas-diretas etc., permeando praticamente todos os nossos atos. Das manifestações mais triviais, como uma lista de compras, a realizações mais complexas, como um relatório ou artigo científico, o fato é que a escrita é uma prática comunicativa da qual não podemos prescindir, sobretudo na era em que vivemos, a era da informação.

Mas se a escrita é assim corriqueira, por que se diz que não é tarefa fácil?

Antes de mais nada, o redator precisa reconhecer que a escrita é uma atividade de interação, com funções e propósitos definidos, que mobiliza diferentes conhecimentos que estão armazenados na memória e diversas operações mentais, de natureza distinta. É justamente essa mobilização que demanda esforço cognitivo, o que torna o ato de redigir complexo.

Para nos darmos conta de tal complexidade, vamos brevemente lembrar, com base em Koch e Elias (2009), os conhecimentos de que o redator precisa dispor para escrever algo, ou melhor, para escrever algo que ganhe sentido em forma de texto⁹:

i) conhecimento linguístico: corresponde ao conhecimento que o redator deve ter sobre aspectos ortográficos, gramaticais e lexicais de sua língua (ou da língua em que pretende escrever). Isso quer dizer que a escrita exige do redator, para que seja bem-sucedido no seu projeto de dizer, saber sobre a grafia e a acentuação das palavras, sobre regras gramaticais, sobre possibilidades de emprego de determinada palavra e até sobre mecanismos que respondem pela construção de palavras;

ii) conhecimento enciclopédico: diz respeito ao embasamento cultural do escritor, aos conhecimentos que ele vai acumulando ao longo das experiências vividas. Ao escrever, o redator não só lança mão do seu conhecimento sobre as coisas do mundo como conta com esse repertório por parte do seu leitor;

iii) conhecimento de padrões de textos: corresponde aos “modelos” que o redator tem internalizados sobre a configuração que os textos assumem para atender propósitos comunicativos definidos, o que equivale a conhecer as estruturas e os tipos de discurso, bem como seus usos. É esse conhecimento que permite que o redator (ou leitor) saiba se tem diante de si, por exemplo, uma receita ou uma lista de instruções para jogar, e ainda se reconhece a presença de um texto dentro de outro, isto é, se reconhece o diálogo entre textos – a intertextualidade;

⁹ Estes mesmos conhecimentos também cabem ao leitor. Portanto, ao tomar consciência dos conhecimentos necessários ao ato de redigir, o redator passa a conhecer também o que é exigido do leitor, aquele a quem dirige seu texto.

iv) conhecimento interacional: é o que responde pelo princípio da interação que se dá entre escritor e leitor, isto é, é o que possibilita ao escritor realizar certas ações por meio da linguagem para configurar no texto seus objetivos (ou propósito), acreditando que serão reconhecidos pelo leitor.

A escrita é, portanto, uma atividade que demanda diferentes operações mentais, pois exige do redator pensamento lógico, habilidade de raciocínio, capacidade de análise e síntese, organização mental, entre outras, a par do conhecimento de princípios convencionalmente estabelecidos.

Afora perceber a escrita como uma atividade interacional que se estabelece entre dois interlocutores – o interlocutor-autor e o interlocutor-leitor, o redator deve reconhecê-la como processo, e não como produto. Tal reconhecimento implica não olhar para o texto escrito vendo-lhe somente o resultado, o texto em sua versão final; é, preciso, antes de tudo, considerar as etapas pelas quais um bom redator, aquele que alcança êxito em seu projeto de dizer, passa até chegar ao texto pronto, finalizado.

Ao abordar o ensino de escrita sob uma visão processual, Vieira (2005, p. 100-101) recorre a Suid e Lincoln (1989) para listar os cinco passos (ou subprocessos) inerentes ao ato de redigir. São eles:

i) gerar ideias: é a etapa da pesquisa, da coleta de informações, fatos, opiniões que tratam do assunto a ser discutido;

ii) organizar ideias/planejar o texto: é o momento da decisão sobre o tratamento, isto é, a condução a ser dada à construção do texto;

iii) esboçar: é a fase da produção da versão inicial do texto, o momento de pôr em prática o roteiro concebido;

iv) revisar ou editar: é a etapa da “lapidação” do texto, dos ajustes no conteúdo, nas palavras, nos mecanismos textuais;

v) editar ou publicar: é o momento de chegar à edição final do texto e então compartilhá-lo com o provável leitor (a audiência pretendida).

A tarefa de redigir deve, então, ser compreendida como uma sucessão de etapas, que incluem atividade de leitura, de seleção e relacionamento das informações disponíveis, de realização de esquemas e roteiros, de escrita propriamente dita, de revisão e edição. Em cada uma dessas etapas são requeridas habilidades distintas.

Apoiada em contribuições de pesquisas sobre aprendizagem da escrita, particularmente nas investigações de Krashen (1984), Vieira (2005, p. 90-95) ainda aponta os seguintes procedimentos típicos dos bons redatores:

a) planejamento: o redator decide que tratamento dar ao que vai dizer, o que incluir, como sequenciar ou relacionar as partes que constituirão o texto a ser produzido. Esse processo é recursivo, não linear, pois o redator pode, a qualquer momento, retomar e alterar diferentes porções do texto;

b) releitura durante a elaboração do texto: a fim de manter o senso de totalidade e de adequar ou reformular o texto, o redator procede a releituras do que está produzindo visando à melhoria e à incorporação de novas ideias, que, para serem expressas, exigem operações em quatro níveis estruturais: do texto, do parágrafo, da frase e da palavra. É dessas releituras que resulta a decisão de o quê incluir e o quê deixar de fora, decisão que leva ao controle tanto da informatividade¹⁰ quanto da redundância;

¹⁰ A informatividade é um dos fatores constitutivos do texto. Isto quer dizer que todo texto, mesmo os de comunicação diária, oral ou escrita, veicula algum tipo de informação. O grau de informatividade está relacionado à informação veiculada. Assim, textos muito informativos (com alta densidade informacional), como por exemplo, artigos científicos, exigem maior esforço para sua compreensão; por outro lado, textos muito previsíveis, aqueles que apelam para o senso comum, por exemplo, apresentam menor grau de informatividade.

c) revisão: o redator se vale da revisão para inventar, acrescentar mudanças de conteúdo, reorganizar trechos longos de seu texto. Volta-se mais para a organização global de sentido do texto – a macroestrutura textual, ligada à coerência, o que não quer dizer que deixa de lado aspectos ligados à microestrutura textual, responsável pela coesão, os quais, embora recebam atenção, não são foco da revisão;

d) consciência da audiência: o bom redator tem sempre seu provável leitor em mente, despende tempo com o efeito que pretende causar, considera o conhecimento prévio que o leitor precisa ter para compreender as informações pressupostas, enfim, reconhece “a figura do interlocutor como a de alguém encarregado de *atuar* sobre o material lingüístico” (SAUTCHUK, 2003, p. 31).

Identificados os conhecimentos de que o redator precisa dispor, as etapas do processo de escrita, bem como os procedimentos de que lançam mão os bons redatores, a habilidade de redigir pode ser encarada não mais como um dom inato ou algo atingível apenas para privilegiados ou inspirados, mas como uma competência a ser adquirida por todos aqueles que lidam com a tarefa de produzir textos, particularmente os elaborados na modalidade escrita da língua.

Essa competência, na EaD, assume características bem específicas, como já indicamos na seção anterior. No que se refere à elaboração de material, Franco (2007) aponta as diferenças entre a produção textual de livros-textos (comumente adotados no ensino presencial) e a produção de impressos para a EaD, conforme vemos no quadro reproduzido a seguir.

Livro-texto	Unidade de EaD
Comunicação unidirecional	Comunicação bidirecional – dialogada
O aluno recebe a informação	O aluno interage ativamente
A estrutura é oculta	A estrutura é apresentada ao aluno
Aprendizagem autodirigida	O aluno é guiado
Preleção	Diálogo
Impessoal	Dialogada, problematizadora
Pouca aplicação de conhecimentos e competências	Prioriza o desenvolvimento de novos conhecimentos e competências
Sem atividades ou somente ao final dos capítulos	Atividades permeando todo o texto
Conteúdos em capítulos ou grandes blocos	Conteúdo dividido em pequenas partes
Não pressupõe avaliação processual	Avaliação perpassa todo o processo de formação

Fonte: Franco, 2007, p. 26¹¹

A produção escrita para a EaD é essencialmente dialógica. É na dialogia da escritura que a relação cooperativa entre os interlocutores (professor autor e aluno) se estabelece.

Considerando que o aluno da EaD está fisicamente distante do professor e frequentemente sozinho, o autor do material, assumindo uma perspectiva didática, não deve, portanto, perder de vista o diálogo a ser mantido com este aluno, seu interlocutor. Nesse sentido, a interação autor-texto-leitor é sempre marcada no texto escrito para a EaD, de modo que apresenta recursos que remetem à interação face a face.

Com uma linguagem clara, objetiva, o texto deve ser autoexplicativo e conter organizadores textuais, ícones, links, que indicam as ações a ser realizadas pelo aluno, com o objetivo de orientar a leitura e guiar a aprendizagem.

¹¹ Quadro, segundo Franco (2007), adaptado do Manual de Criação e Elaboração de Materiais para Educação a Distância, de Wolfran Laaser et al. (1997).

Para que tenha êxito em sua intenção, o professor autor, ainda segundo Franco (2007, p. 28), deve ter em conta algumas observações, dispostas a seguir, sobre a organização do conteúdo, a ser apresentado por unidades (ou capítulos), que, por sua vez, apresentam seções.

- a) os objetivos devem estar diretamente relacionados com o tópico geral da unidade;
- b) as seções devem ser autossuficientes;
- c) os parágrafos devem explicitar clara e objetivamente o tópico discutido;
- d) os subtítulos cumprem a função de ajudar o aluno na identificação de novos tópicos;
- e) os elementos de transição entre as seções, parágrafos, subtítulos etc. devem ser claros e pontuais;
- f) as ideias principais devem ser recapituladas, principalmente ao final de cada seção ou, pelo menos, de cada unidade;
- g) as atividades propostas devem possibilitar não só compreender e aplicar o conteúdo como também pensar, refletir sobre o que foi aprendido.

O que pretendemos com a exposição que fizemos até aqui é levar nosso leitor a reconhecer que o conhecimento e o domínio das especificidades da produção de textos didáticos para a EaD é condição indispensável a todos que desempenham (ou venham a desempenhar) o papel de professor autor em cursos a distância. Esse reconhecimento, por sua vez, levará, certamente, ao êxito no desempenho desse papel e evitará, por conseguinte, alguns dos problemas sobre os quais passamos a falar.

3 A tarefa de revisão

A revisão de que trataremos nesta seção não é propriamente a que diz respeito a uma das etapas do processo de escrita a que nos referimos anteriormente, mas a que cabe a um dos profissionais que colaboram para a produção do material de ensino a distância, o revisor textual.

O revisor na EaD recebe o material elaborado pelo professor autor depois de ter passado pelo designer instrucional. Após revisão, devidamente incorporada pelo professor autor, o material é, então, encaminhado ao pesquisador iconográfico para inclusão das figuras/ilustrações/gráficos pertinentes e, posteriormente, para o diagramador, que chegará à versão final, pronta para a edição, com o consenso da equipe diretamente envolvida na produção daquele material.¹²

O revisor é, então, aquele profissional que cuidará da qualidade textual, isto é, verificará se o texto que recebeu para revisão atende satisfatória e plenamente ao propósito daquele material e às expectativas do leitor, assim como às convenções da norma culta da modalidade escrita da língua. Em última instância, indicará (algumas vezes, ele mesmo fará) alterações que ajudem o professor autor a ser bem-sucedido no seu projeto de dizer.

Como sabemos, não há fórmulas ou receitas que levem segurança e tranquilidade a quem está diante da tarefa de produzir um texto didático, no entanto há orientações que podem ser observadas. As que fazemos a seguir, sugeridas a partir da análise de versões de aulas em processo de revisão, antes de apontar falhas ou equívocos, têm a intenção de ajudar o professor autor de material para a EaD.

i) Não confundir texto científico com texto didático

Para tratar de um assunto (conteúdo), sem deixar de recorrer à necessária terminologia própria da disciplina, o professor inevitavelmente precisará saber lidar com a tensão entre linguagem acadêmica (mais formal) e linguagem coloquial (menos formal).

Um assunto para ser compreendido do ponto de vista científico não precisa necessariamente ser abordado com uma linguagem excessivamente técnica, acadêmica e /ou

¹² Cf. na seção 1 – O material didático para a EaD – a parte em que destacamos, segundo Guedes (2010), os profissionais que participam diretamente da elaboração de material impresso.

mais adequada a textos que têm o propósito de discutir conceitos, resultados de pesquisas, por exemplo, e não o de ensinar. Esta é basicamente a diferença entre texto científico e texto didático: o propósito. Enquanto o primeiro tem a intenção de apresentar/discutir teoria e/ou métodos/técnicas, o segundo é elaborado com o propósito de mediar o processo ensino-aprendizagem.

O texto que o professor autor produzirá tem, então, o objetivo maior de ensinar, favorecer a aprendizagem. Para tanto, a regulação da densidade informacional¹³ é imprescindível. Ainda que se trate de material impresso, o curso a que se destina o material elaborado acontece na modalidade a distância, que guarda características distintas de um curso da modalidade presencial, como já apontamos. Portanto, não cabem parágrafos, citações ou exposições teóricas longas, tampouco referências sucessivas a obras/autores.

É possível em um texto relativamente curto atingir um grau de informatividade considerado satisfatório (nem alto, nem baixo). O fato de ser necessário operar reduções e buscar concisão não significa que informações relevantes sejam omitidas.

Se determinada citação é necessária, o professor autor pode fazer paráfrase; se é importante a leitura de um texto ou autor de referência na área, a sugestão pode vir na indicação de um link, por exemplo. Há, portanto, estratégias de que o professor autor pode lançar mãos sem que haja prejuízo do que pretende ensinar.

ii) **Escrever com clareza e objetividade**

O professor autor deve escrever seu texto tendo sempre em mente o aluno-leitor e o fato de não estar presente no momento em que seu texto será lido.

Numa situação presencial, a dúvida que porventura o aluno tenha sobre o texto objeto da aula poderá ser tirada na presença do professor. Essa situação privilegiada não ocorre com o aluno a distância, pois o professor não poderá lançar mão de recursos próprios da interação face a face, tais como gestos, expressões faciais, entonação vocal, na construção de sentidos que pretende alcançar.

No texto escrito, muito do que o autor precisa para se fazer compreender deve estar ali, no material impresso. Portanto, o texto que chegará ao aprendente deve ser claro e objetivo, sem sintaxe rebuscada (construções mais difíceis de serem compreendidas) e/ou vocabulário pouco usual (palavras ou expressões eruditas; jargões acadêmicos), e, de forma concisa, conter as informações necessárias para que o aluno (re)construa o significado daquilo que está sendo dito.

Para alcançar a tão necessária clareza e objetividade, o professor deve, antes de tudo, fazer um esboço (planejamento¹⁴) do conteúdo com o qual pretende trabalhar, isto é, com o qual pretende conduzir a aprendizagem, e assim poder concebê-lo em unidades temáticas menores (tópicos), sem cair na armadilha de escrever em demasia.

Uma vez concebido esse esboço, o professor autor deve escrever o texto, fazendo uso de linguagem direta, construindo períodos curtos, em ordem direta, sem perder de vista a coesão/coerência textual, ou seja, sem deixar de garantir o encadeamento lógico-semântico das ideias apresentadas.

Para um texto ser expositivo, os períodos não precisam ser longos e complexos (com sucessão de orações subordinadas), mas completos e conectados entre si, e, fundamentalmente, devem servir à consistência do conteúdo.

iii) **Propiciar a interlocução direta com o leitor**

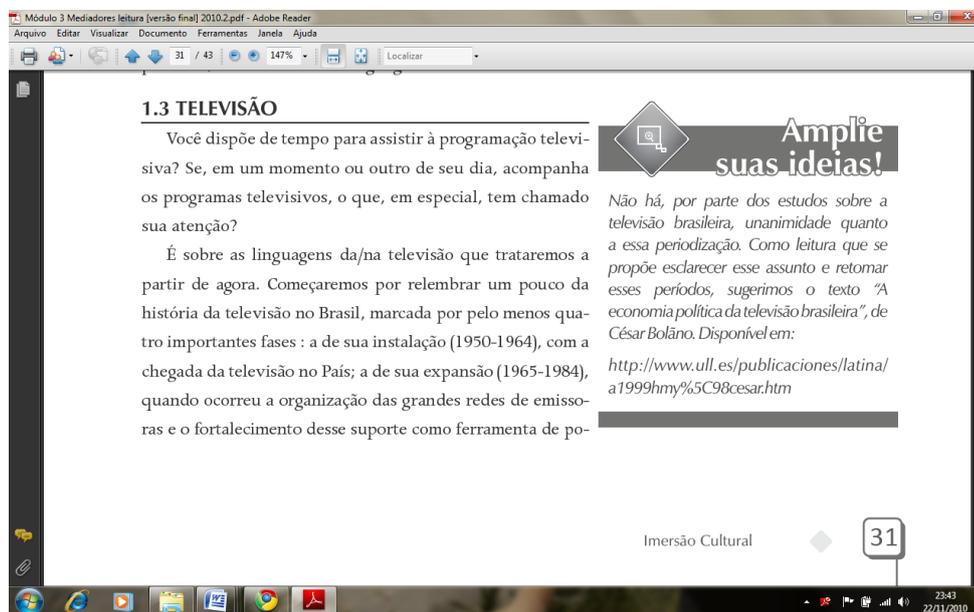
Como já salientamos, o texto didático para a EaD deve dialogar com o aluno, apelando para a sua reflexão e incitando-o à ação. Para alcançar êxito nesse diálogo, o professor autor, vez por outra, precisa suspender, provisoriamente, o curso da sua exposição para levantar

¹³ A densidade informacional (grau de informatividade) é avaliada em função do conhecimento de mundo dos leitores, i.e., dos conhecimentos prévios que os leitores devem ter para compreender o texto que têm diante de si.

¹⁴ Um dos subprocessos do ato de redigir de que tratou Vieira (2005), como discutimos anteriormente.

questionamentos que levem à efetiva interação e/ou indicar ações que ajudem o aluno a construir o conhecimento.

Essas suspensões podem ser marcadas por perguntas diretas feitas ao leitor (no corpo do parágrafo ou em caixas de texto¹⁵) e/ou por sugestões de leitura, feitas por indicação de links, como podemos constatar em um trecho de material impresso reproduzido a seguir.



Fonte: Módulo 3 (Imersão Cultural), elaborado no âmbito do IFCE (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará), para o Curso de Formação de Mediadores de Leitura, promovido pela SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade)/MEC

O fluxo do texto interrompido com perguntas diretas ao aluno-leitor tem o intuito de provocar reflexão. As caixas de texto, por sua vez, revelam que o professor autor não pretende esgotar o assunto em um único texto didático, mas que o toma como ponto de partida para a aprendizagem que está sendo construída pelo aluno, por isso a indicação de outras leituras, outras vias de acesso ao conhecimento (artigos, livros, filmes, sites etc.).

iv) **Fazer a devida referência bibliográfica de obras/autores consultados**

Evidentemente, o professor (assim como qualquer outro autor de texto didático), para escrever seu texto, vai recorrer a outros autores, outras fontes. Buscar conhecimento, coletar informações, em outros textos, faz parte de uma das etapas do processo de escrita: a geração de ideias. É, portanto, não só natural, como também legítimo, trazer ideias, opiniões de outros autores para dentro do texto que está sendo construído. A apropriação, consentida, precisa, no entanto, ser assumida (e não omitida). Para tanto, é necessário reconhecer a autoria do trecho (ou texto) que está servindo à construção da exposição desenvolvida pelo professor autor, por citação direta ou indireta.

Texto-fonte – que pode ser literário, filosófico, científico, ou mesmo um quadro, gráfico ou ilustração – utilizado sem o devido crédito da autoria (a ser feito por meio de referência bibliográfica¹⁶), mesmo aquele que pode ser encontrado na internet, leva a pessoa que faz uso

¹⁵ As caixas de texto costumam receber rótulos, associados a ícones, tais como “Você sabia?”, “Saiba mais”, “Fique por dentro”, “Amplie suas ideias”, “Importante”. Elas, além de completar a informação e possibilitar a ampliação do conhecimento, exercem a função de levar a atenção do leitor para outro foco (pertinente ao assunto que está sendo abordado), variando, assim, as formas de apresentação do conteúdo, o que contribui para tornar mais dinâmica a leitura.

¹⁶ As normas sobre referências bibliográficas estão contidas da NBR 6023/2002, e as sobre citações na NBR 10520/2002, ambas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

desse expediente a incorrer na prática de plágio, condenável por ferir princípios éticos, e por isso vir a responder por violação de direitos autorais.

Não é porque o material produzido destina-se à Educação, particularmente a cursos que só funcionam na web, que a apropriação seja liberada. Como bem salientam Maia e Mattar (2007, p. 116), “nada pode ser usado indiscriminadamente em educação, nem mesmo em EaD [...]. E não faz diferença se o acesso a um curso é protegido por senha ou não: a restrição ao acesso não altera as obrigações em relação à legislação de direitos autorais”.

Ao trazer para o interior do seu texto outra voz e dar-lhes o devido crédito de autoria por meio de referência bibliográfica conforme normas da ABNT, o professor ensina indiretamente a seu aluno esse comportamento e revela, assim, compromisso não só com a instrução do aluno, mas sobretudo com a sua formação.

v) **Empregar oportunamente recursos didáticos próprios**

Com a intenção de orientar a leitura e a aprendizagem do aluno, bem como a de favorecer a interatividade, o material em EaD dispõe de recursos peculiares, os chamados mecanismos motivacionais e instrucionais, tais como os organizadores textuais e os ícones, que indicam ações (e/ou reflexões) a ser realizadas pelo aluno, como podemos observar no exemplo a seguir.

matemático e muito utilizado para problemas de proporcionalidade.

SAIBA MAIS!

Para saber mais sobre proporcionalidade, consulte o livro 1 indicado ao final desta aula, em Referências.

Para saber mais sobre esse assunto, consulte o site <http://www.ensinomedioimpa.br/materiais/tep/cap1.pdf>

8.1 TEOREMA FUNDAMENTAL DA PROPORCIONALIDADE

Seja $f: \mathbb{R} \rightarrow \mathbb{R}$ uma função linear crescente, as afirmações são equivalentes:

$$f(nx) = nf(x) \quad \forall n \in \mathbb{Z} \text{ e } \forall x \in \mathbb{R}$$

Para $a = f(1)$, temos que $f(x) = ax \quad \forall x \in \mathbb{R}$.

$$f(x+y) = f(x) + f(y) \quad \forall x, y \in \mathbb{R}$$

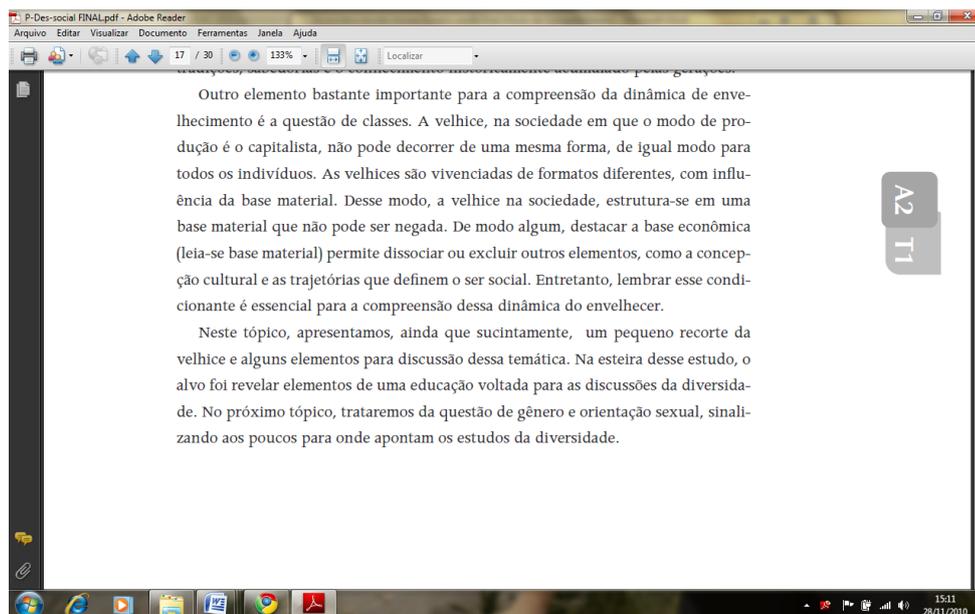
A demonstração desse teorema você encontra em Lima et al. (2005).

16 ♦ Licenciatura em Matemática

Fonte: Aula 2, da disciplina de Matemática Básica II, do curso de Licenciatura em Matemática, oferecido pelo IFCE

Cada instituição promotora de curso(s) em EaD pode definir seus próprios organizadores e ícones. O professor autor deverá utilizar cada um desses recursos visando sempre a sua colaboração como autor no processo de leitura do aluno, isto é, o compromisso com o melhor aproveitamento do material de leitura oferecido, bem como com a autonomia do aluno na construção do conhecimento.

Além dos ícones, há outros recursos que também se prestam a essa finalidade. Cumprem ainda a função tanto de colaborar com o aluno, ao propor uma síntese do que foi visto, quanto de antecipar o que será tratado, para que o aluno acione esquemas mentais necessários à compreensão, como podemos ver a seguir.



Fonte: Módulo 3 (Públicos da Desigualdade Social), elaborado no âmbito do IFCE, para curso promovido pela SECAD/MEC

Podemos observar que o parágrafo de encerramento do tópico exerce, então, duas funções: retomada e antecipação. Esse recurso, ao sinalizar o fechamento de um assunto e a introdução de outro, serve como estratégia de controle da densidade informacional, já que pondera a relação entre informação dada (assunto conhecido) e informação a ser dada (assunto novo), o que possibilita uma leitura mais produtiva e estimulante.

vi) **Fazer uso adequado de ilustrações**

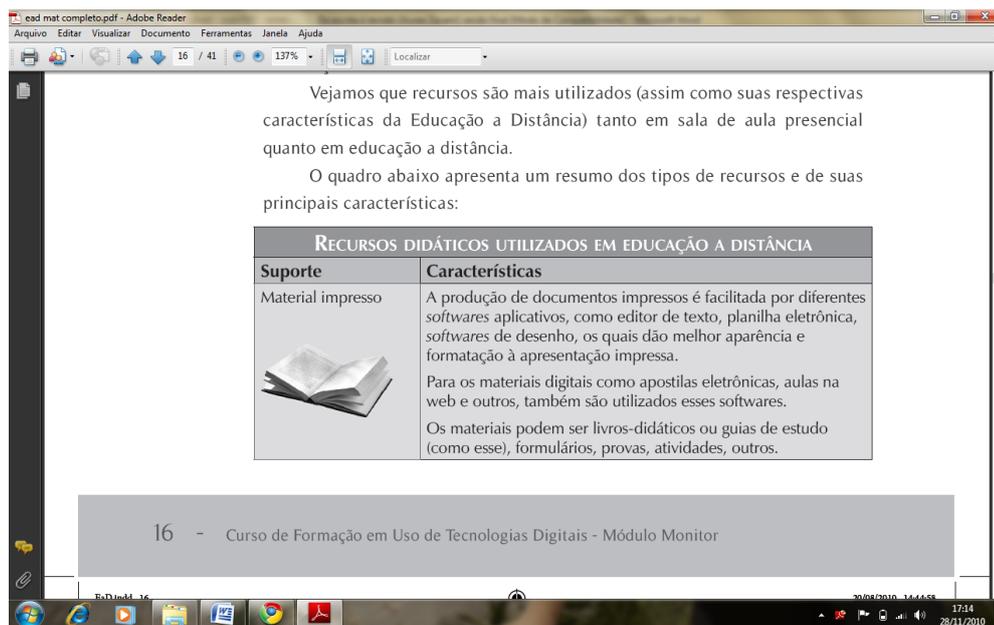
Um outro recurso bastante recorrente em texto didático para a EaD diz respeito à inclusão de ilustrações (fotos, imagens, quadros, gráficos etc). É justamente essa inclusão que caracteriza a multissemiose (articulação entre linguagem verbal e linguagem não verbal), sempre tão presente tanto no material produzido para a web quanto no impresso. Esses recursos que propiciam a multissemiotização do texto didático devem, no entanto, ser empregados com cautela.

O professor autor, ao incorporar uma imagem ao seu texto, deve levar em consideração que o sentido de um texto é construído não só pelo uso da palavra, mas também pelo uso de outras semioses¹⁷. Isto quer dizer que tanto o signo verbal quanto o não verbal compõem o sentido de um texto e constituem, portanto, um todo indissociável. Palavra e imagem costuram um só texto, um só discurso, ainda que possamos analisar cada um separadamente.

Nesse sentido, as ilustrações devem ser incorporadas ao texto como se fossem necessárias à compreensão, o que significa dizer que as imagens não devem ser vistas como meramente ilustrativas. Elas cumprem sua função dentro do texto, contribuindo para a melhor compreensão, e, portanto, não podem ser tratadas como se o texto/trecho delas pudesse prescindir.

Um exemplo bem-sucedido da articulação entre as semioses que compõem o texto didático pode ser observado no trecho que reproduzimos a seguir.

¹⁷ Semiose é o processo pelo qual um elemento, objeto ou sinal adquire significado (Para saber mais, consulte o Centro de Estudos Pierceanos, <http://www.pucsp.br/pos/cos/cepe/semiotica/semiotica.htm>).



Fonte: Módulo Monitor, elaborado no âmbito do IFCE, para o Curso de Formação em Uso de Tecnologias Digitais, promovido pelo MC (Ministério das Comunicações) em parceria com o MEC.

Como vemos, o quadro constitui parte integrante do texto e contribui para o sentido; não se trata, portanto, de apêndice, algo que é acrescentado ao texto e que dele possa ser retirado sem que comprometa seu sentido. A função da imagem, no material didático, é justamente contribuir para tornar o texto, e a conseqüente leitura, mais leve e mais compreensível.

vii) **Propor atividades que contribuam com a aprendizagem do aluno**

São vários os tipos de atividades que podem ser propostas em um material impresso para a EaD: fóruns¹⁸, exercícios, pesquisas, estudo de caso, discussão de artigos, entre outras. O mais importante é que o professor autor não deixe de lançar mão desse recurso, sob pena de tornar seu texto muito próximo de um artigo científico, cujo propósito já assinalamos ser distinto do de um texto didático.

Geralmente, as atividades vêm ao final do texto (aula) e costumam ser lançadas na web. Entretanto nada impede que ao longo do texto, no interior ou ao final do tópico (seção), o professor proponha atividades que suscitem reflexão ou mesmo realização de alguma (oper)ação.

A finalidade maior da proposição de atividades – individuais e de grupo – é oportunizar ao aluno momentos de autoavaliação e servir tanto como desafio a sua aprendizagem quanto estímulo para seguir adiante. Nesse sentido, não devem ser muito extensas nem exigir muito tempo e dedicação, o que poderia comprometer seu propósito.¹⁹

viii) **Dominar a língua escrita culta**

Ao encerrar essas orientações, não poderíamos deixar de tecer algumas considerações, ainda que muito sucintas, sobre um aspecto que perpassa todos os outros anteriormente citados: o domínio da escrita. É justamente a familiaridade com a escrita culta que possibilitará ao professor o pleno e satisfatório exercício do ato de redigir.

¹⁸ Fórum é uma atividade em que é lançada uma questão sobre a qual os alunos devem se posicionar. Os comentários (dos alunos e do professor-tutor, que interage com os alunos) são publicados em uma área em que todos têm acesso, não necessariamente no mesmo momento. Essa peculiaridade torna o fórum uma atividade assíncrona, ao contrário, por exemplo, do chat (atividade síncrona).

¹⁹ Para maior detalhamento sobre as atividades em EaD, cf. Franco (2007, p. 32-33) e Maia e Mattar (2007, p. 53-57).

O redator precisa ter domínio da estrutura e funcionamento de sua língua, o que lhe possibilitará a construção linear do texto – a microestrutura textual, responsável pela coesão – e ainda dos componentes que asseguram a organização global de sentido do texto – a macroestrutura textual, ligada à coerência (SAUTCHUK, 2003). Coesão e coerência respondem pela tecitura do texto, isto é, pelos fatores que garantem que um texto ganhe sentido e alcance êxito no propósito de dizer. Um dos fatores que sustentam essa tecitura e sobre ele que recai os problemas mais recorrentes em relação à construção do texto didático para a EaD é a articulação.

A articulação diz respeito ao modo como as ideias apresentadas no texto se encadeiam e se organizam, isto é, como se relacionam umas com os outros. Para que um texto seja considerado articulado, é necessário, então, que suas ideias estabeleçam relação umas com as outras. Esse elo entre as ideias define tipos específicos de relação entre elas, as chamadas relações semânticas, isto é, relações de sentido entre as partes que compõem o texto. Quando essas partes não estão devidamente encadeadas, o texto fica desarticulado.

A desarticulação pode ser observada quando:

a) um assunto (informação nova) é introduzido no texto sem que seja retomado, isto é, sem que apresente outras ideias a ele relacionadas;

b) um conectivo (elo coesivo) é usado inadequadamente, isto é, não é adequado para a relação semântica que se estabelece naquele segmento do texto, como podemos observar no trecho reproduzido a seguir.

Falar sobre práticas sociais e solidariedade no ambiente escolar é sempre bom, já que essas atitudes são desejadas por todos nós, seres humanos. É necessário, portanto, que as instituições, principalmente as de ensino, tratem desse assunto no seu cotidiano, **porque** isso não é nada fácil.

Trabalhar com a formação de virtudes requer não só o conhecimento teórico; é necessário que, além de teoria, haja sentimento, emoção e afeto, tanto pelas pessoas, quanto por nós mesmos.

Podemos flagrar a evidente desarticulação que o emprego indevido do elo coesivo “porque” gera. O conectivo “porque” deve ser usado quando se está diante de uma relação de causa ou explicação a ser estabelecida entre as ideias do texto. Não é o que observamos entre o fato de as instituições necessitarem tratar no seu cotidiano de práticas sociais e solidariedade e o fato de essa prática não ser nada fácil. Na verdade, a relação estabelecida entre essas duas ideias (dois fatos) é de contrajunção (tipo de ligação que articula proposições cujos conteúdos se opõem). Assim, para desfazermos a desarticulação, poderíamos substituir “porque” por “embora”, e teríamos, então:

Falar sobre práticas sociais e solidariedade no ambiente escolar é sempre bom, já que essas atitudes são desejadas por todos nós, seres humanos. É necessário, portanto, que as instituições, principalmente as de ensino, tratem desse assunto no seu cotidiano. Embora desejado, isso não é nada fácil.

Ilustramos aqui apenas um dos problemas que comprometem a qualidade do texto. No entanto, há outros, também relacionados ao domínio da escrita culta, que igualmente dificultam a (re)construção do(s) sentido(s) do texto. O professor autor que enfrenta esse tipo de dificuldade precisa investir no seu aperfeiçoamento como produtor de textos na modalidade culta da língua, ainda que escritos em um registro que se aproxima da informalidade, exigida para a produção de texto didático para a EaD.

Considerações finais

A aprendizagem em ambiente virtual trouxe um novo desafio para os professores de ensino superior: a escrita do material didático. Neste artigo, discutimos em que se constitui a tarefa de produzir texto didático para a EaD, bem como as dificuldades encontradas pelos professores autores, a partir da análise de versões de aulas em processo de revisão.

Como vimos, o texto didático para a EaD deve ser capaz de suprir o “ausência” do professor e de motivar o aprendiz (por meio da linguagem – verbal e não verbal) para ele próprio gerir sua aprendizagem. Funcionando como uma espécie de orientador do processo de autoaprendizagem, o texto didático não pode, então, falhar no rigor científico tampouco na forma de apresentar o(s) conteúdo(s).

Para tanto, o professor autor precisa ter domínio sobre a escrita culta assim como precisa exercitar o uso de linguagem menos formal e mais coloquial sem, no entanto, abrir mão da precisão técnica e científica. Retomando a epígrafe que abre este texto, lembramos que a competência textual escrita não é naturalmente desenvolvida, mas alcançada por meio do exercício constante do ato de redigir, configurado sob as mais diversas práticas discursivas.

Por fim, queremos chamar atenção para os cursos de graduação/capacitação, que devem, cada vez mais, estar atentos à necessidade de formar professores/profissionais preparados para a elaboração de material didático, sobretudo para a EaD, visto que a internet, além de ser para muitos alunos a única forma de prosseguir com seus estudos, revela-se um diferenciado ambiente de aprendizagem.

Referências

BRASIL. *Referenciais para elaboração de material didático para EAD no ensino profissional e tecnológico*. Brasília: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica: Secretaria de Educação a Distância, 2007.

_____. *Referenciais de qualidade para educação superior a distância*. Brasília: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica: Secretaria de Educação a Distância, 2007.

FRANCO, Marco Antonio M. Elaboração de material impresso: conceitos e propostas. In: CORRÊA, Juliane (Org.). *Educação a distância: orientações metodológicas*. Porto Alegre: Artmed, 2007. p.21-35.

GUEDES, Jane F. *Produção de material didático para EAD nos cursos de licenciaturas em matemática: o caso da UAB/IFCE*. 2010. 137f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

KOCH, Ingedore V.; ELIAS, Vanda M. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. São Paulo: Contexto, 2009.

LEMOES, André. Cibercultura: alguns pontos para compreender nossa época. In: _____; CUNHA, Paulo (Org.). *Olhares sobre a cibercultura*. Porto Alegre: Sulina, 2003, p.11-23.

MAIA, Carmem; MATAR, João. *ABC da EaD: a educação a distância hoje*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MASETTO, Marcos T. Mediação pedagógica e o uso de tecnologia. In: MORAN, José M.; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda A. (Org.). *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. Campinas: Papirus, 2006. p.133-173.

MENEZES, Vera. História do material didático de língua inglesa no Brasil. In: DIAS, Reinildes; CRISTÓVÃO, Vera Lúcia L. *O livro didático de língua estrangeira: múltiplas perspectivas*. Campinas: Mercado de Letras, 2009. p.17-56.

PRETI, Oreste. *Educação a distância: construindo significados*. Cuiabá: NEAD/IE-UFMT; Brasília: Plano, 2000.

_____. *Produção de material didático impresso: orientações técnicas e pedagógicas*. Cuiabá: ED. UFMT, 2010. Disponível em:

<http://www.uab.ufmt.br/uab/images/livros_download/producao_material_didatico_impresso_oreste_preti.pdf>. Acesso em: 17 set. 2020.

SAUTCHUK, Inez. *A produção dialógica do texto escrito: um diálogo entre escritor e leitor interno*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VIEIRA, Iúta Lerche. *Escrita, pra que te quero?*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha; Uece, 2005 (Coleção Magister).

VILAÇA, Márcio Luiz C. O material didático no ensino de língua estrangeira: definições, modalidades e papéis. *Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades*, v.VIII, n. 30, jul.-set. 2009. Disponível em:

<<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/reihm/article/viewFile/653/538>>. Acesso em: 23 set. 2010.

Referência

ZAVAM, Aurea. Da escrita à revisão: o processo de produção de material para EaD. In: ARAÚJO, Júlio; ARAÚJO, Nukácia. (Org.). **EaD em tela: docência, ensino e ferramentas digitais**. São Paulo: Pontes, 2013. p. 209-238.